

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE INDIVÍDUOS
COM ENSINO SUPERIOR NO BRASIL ENTRE 1996 E
2014**

NATALIA SANCHEZ RANGEL
matrícula nº 113037376

ORIENTADORA: Profa. Valéria Lucia Pero

DEZEMBRO 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE INDIVÍDUOS
COM ENSINO SUPERIOR NO BRASIL ENTRE 1996 E
2014**

NATALIA SANCHEZ RANGEL
matrícula nº 113037376

ORIENTADORA: Profa. Valéria Lucia Pero

DEZEMBRO 2018

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade da autora

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por todo amor. Obrigada por sempre se preocuparem comigo e por serem tão atenciosos. Obrigada também por acreditarem no meu potencial e por investirem na minha formação.

À Camila por sempre cuidar de mim, pelo apoio e confiança (que às vezes me falta).

Ao meu avô Alci por sempre me instigar intelectualmente. Por todas as discussões políticas e aulas sobre arte. Também agradeço muito aos meus avós Flor, Mero e Edilma. Vocês foram como segundos pais para mim. Obrigada pelo carinho, afeto e atenção.

Ao Lucas, por me acalmar, incentivar e me ajudar de todas as formas possíveis, sempre. Sem você essa monografia não existiria. Obrigada pela paciência, você é incrível.

À Beatriz Ribeiro, minha amiga maravilhosa e brilhante. Muito obrigada por todas as aulas ao longo de toda a minha vida, especialmente nos períodos mais turbulentos da faculdade.

À Beatriz Bomeny por aturar todos os meus surtos, ouvir meus desabafos, me forçar a sair de casa e me marcar em memes engraçados.

À Valeria Pero pelas ideias e ajuda na realização desse trabalho.

Ao Daniel Duque pela cooperação, auxílio e por ter disponibilizado parte do seu tempo para me socorrer, inclusive no sábado.

Aos professores da UFRJ que se empenharam em ensinar e foram essenciais para a minha formação, profissional e pessoal.

Para finalizar, a todos que, de uma forma ou de outra, conviveram comigo durante esses anos de faculdade e que torceram para que esse trabalho fosse concluído.

RESUMO

Este trabalho faz uma análise da mobilidade intergeracional de indivíduos que concluíram o ensino superior no Brasil. Para isso, foram utilizados os dados do suplemento de mobilidade sócio-ocupacional da Pnad de 1996 e de 2014. Verificamos que a persistência intergeracional de educação de pessoas graduadas aumentou de 1996 a 2014. Ao analisar a mobilidade educacional, observamos um aumento percentual de pais graduados para todas as características dos filhos que foram consideradas, incluindo sexo, cor e região. Só não observamos esse aumento para os moradores do Norte. Os filhos negros com superior completo têm pais com menos escolaridade do que os filhos brancos. Além disso, percebemos que os pais de homens graduados têm maior escolaridade do que os pais das mulheres. Provavelmente isso se dá pelo fato da nossa análise só considerar os pais (homens). A análise sócio-ocupacional mostrou uma diminuição na mobilidade de 1 ponto percentual de 1996 a 2014, devido à queda da mobilidade ascendente. A educação dos pais se mostrou positivamente relacionada com o salário principal do filho, e ter um pai graduado em 2014 está relacionado com ganhos salariais ainda maiores para os filhos em comparação à 1996.

Palavras-chave: Mobilidade Intergeracional, Estratificação Educacional, Estratificação Ocupacional, Ensino Superior

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	6
I. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	9
I.1 Diversificação no perfil socioeconômico dos universitários brasileiros	9
I.2 Aspectos teóricos-conceituais sobre a mobilidade intergeracional: uma breve análise ..	11
I.3 Mobilidade intergeracional de educação no Brasil.....	13
I.4 Mobilidade intergeracional de ocupação	16
II. METODOLOGIA	18
II.1 Base de dados	18
II.2 Metodologia	18
III. ANÁLISE DOS RESULTADOS	21
III.1. Relação entre o nível de escolaridade dos pais e a escolaridade dos filhos com ensino superior	21
III.2. Mobilidade de estratos sócio-ocupacionais	24
III.3. Regressão	27
CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

INTRODUÇÃO

Devido ao rápido aumento na desigualdade em diversos países, uma questão amplamente debatida nos últimos anos foi a concentração de riqueza na mão de uma pequena parte da população. Após duas décadas de pesquisa, Piketty (2014) junto a outros pesquisadores apontaram que, quando a taxa de crescimento do capital é maior do que a taxa de crescimento das outras rendas, quem possui capital¹ enriquece de forma mais rápida do que quem ganha a renda por trabalho. Como o capital se acumula na mão de poucos, isso acaba gerando um aumento da desigualdade, que é transmitida através de gerações.

Apesar da desigualdade ter ficado estável por alguns anos no Brasil, ela voltou a crescer recentemente. Um estudo da Oxfam (GEORGES, 2017, p. 6) expôs que as seis pessoas mais ricas do Brasil concentram, juntas, a mesma riqueza dos 100 milhões mais pobres do país, praticamente metade da população brasileira. Além disso, o Brasil é apontado como o 10º país mais desigual do mundo e o 4º mais desigual da América Latina pelo Índice de Gini, que mede a concentração renda.

Esse aumento na desigualdade pode gerar instabilidade política e econômica, ineficiência, elevar o risco de crise, agravar a violência e até mesmo aumentar a taxa de pessoas com doenças psiquiátricas no país (DABLA-NORRIS, KOCHHAR, *et al.*, 2015, p. 5) (WILKINSON e PICKETT, 2009, p. 505). Não surpreende, portanto, que a sua extensão, seus impulsionadores e a busca de como resolvê-la tenha se tornado um assunto tão debatido por políticos e pesquisadores.

A desigualdade está diretamente ligada a como as vantagens e desvantagens são passadas de uma geração para a outra. Em uma sociedade que possui baixa mobilidade intergeracional (onde os status socioeconômicos dos filhos não se diferenciam dos status socioeconômicos de seus pais), a desigualdade acaba sendo transmitida por gerações. Nessas sociedades, os filhos de pessoas pobres terão dificuldade em ascender socialmente – por mais trabalhadores e esforçados que sejam ao longo da vida – enquanto os filhos dos mais ricos muito provavelmente manterão o padrão de vida de seus pais. Essa correlação positiva entre

¹ Piketty se refere ao capital como a riqueza que é capaz de se reproduzir.

desigualdade e persistência intergeracional ficou conhecida no trabalho de Corak (2013, p. 82) como “A Grande Curva de Gatsby”.

Diversas pesquisas mostram que a maior persistência de status socioeconômico (medida pela escolaridade ou por estratos socioeconômicos) acontece no topo da hierarquia (MAHLMEISTER, FERREIRA, *et al.*, 2017, p. 12) (PERO e SZERMAN, 2008, p. 18). Torche (2014, p. 19) apontou que “a mobilidade intergeracional de renda é mais fraca na América Latina do que nos países industrializados, e é caracterizada por uma ‘persistência no topo’, padrão consistente com os altos níveis de concentração econômica na região”.

Dois autores americanos, Hout (1988) e Torche (2011), se propuseram a investigar a mobilidade intergeracional daquelas pessoas que já haviam completado o ensino superior. Descobriram que nos Estados Unidos, apesar da mobilidade intergeracional ser muito alta para os outros níveis de educação, quando o indivíduo se graduava, a persistência chegava quase a zero. Ou seja, completar o ensino superior cumpriria a promessa de meritocracia, oferecendo maior igualdade de oportunidade a todos que conseguem terminar a faculdade.

Assim sendo, esta monografia tem como objetivo contribuir para essa literatura a partir da análise da mobilidade intergeracional de indivíduos com ensino superior completo, considerando diferenças por sexo, cor e região. Para tanto, analiso o nível de escolaridade e a categoria ocupacional dos pais de indivíduos que possuem superior completo. Comparando os anos de 1996 com 2014 busco entender se a mobilidade intergeracional de educação e de ocupação está aumentando ou diminuindo para quem tem superior completo, e em quais grupos.

Dessa forma, optou-se nesse estudo focar na mobilidade intergeracional educacional e de estratos ocupacionais, já que são dois dos principais indicadores para análise da mobilidade social intergeracional. O objetivo final desse trabalho é contribuir com as pesquisas sobre mobilidade de educação e ocupação no Brasil, focando em indivíduos que possuem ensino superior.

Para isso, foram feitas tabelas com as frequências para analisar a distribuição dos filhos e filhas com ensino superior de acordo com o nível de escolaridade ou categoria ocupacional dos pais, utilizando como base os suplementos de mobilidade sócio-ocupacional a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) de 1996 e de 2014. Além disso, foi analisada a correlação entre educação dos pais e o salário principal dos filhos.

Este trabalho está organizado em três capítulos, além dessa introdução e da conclusão. No primeiro capítulo apresento uma revisão da literatura em quatro tópicos: começo com uma revisão sobre as mudanças no perfil dos indivíduos que entraram nas universidades brasileiras nos últimos anos; o segundo tópico aborda a mobilidade intergeracional; e os outros dois tratam da mobilidade intergeracional de educação e ocupacional.

O segundo capítulo apresenta as bases de dados utilizadas, a Pnad de 1996 e 2014, e metodologia de análise, que adota a abordagem descritiva e uma regressão para estimar a persistência intergeracional para análise comparada dos dois anos estudados.

O terceiro capítulo apresenta os resultados encontrados em três tópicos: o primeiro mostra a relação entre educação dos pais e a educação dos filhos com ensino superior de acordo com certas características dos filhos: cor, sexo e região. O segundo analisa a mobilidade ocupacional dos filhos com ensino superior. Por fim, temos uma análise do coeficiente da regressão que mostra a relação entre educação dos pais e a renda do trabalho principal dos filhos graduados.

I. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

I.1 Diversificação no perfil socioeconômico dos universitários brasileiros

Nas duas últimas décadas o acesso ao ensino superior aumentou significativamente devido ao crescimento nos números de instituições, de cursos e de vagas em grande parte das faculdades. Entre 1999 e 2011, as vagas ofertadas nas instituições de ensino superior aumentaram 3,6 vezes (INEP, 2011). Durante o segundo governo Fernando Henrique Cardoso houve um crescimento muito grande graças à multiplicação de instituições privadas. Já nos governos Lula-Dilma o crescimento foi constante e focado nas universidades públicas, buscando a democratização do campus brasileiro.

A maioria dos universitários brasileiros são brancos, apesar desse grupo representar menos da metade da população. Além disso, o campus brasileiro é consideravelmente mais rico que a sociedade e uma grande parte dos estudantes veio de escolas particulares, apesar de somente uma minoria estudar nelas (RISTOFF, 2014, p. 730 a 739). Isso mostra que as universidades ainda são inacessíveis para maior parte da população, especialmente a menos privilegiada.

Para tentar contornar isso, o governo Lula-Dilma implementou políticas de ações afirmativas. Muitas instituições públicas passaram a adotar políticas deste tipo ao longo da década passada, desde 2003, e agora as instituições federais são obrigadas a reservar 50% de suas vagas para estudantes que cursaram o ensino médio inteiro em escolas públicas. Dentre elas, há a reserva de um percentual especial destinado a estudantes negros, indígenas, de baixa renda familiar (*per capita*) ou com deficiência.

A “Lei de Cotas” (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) surgiu com o objetivo de tentar superar a desigualdade de oportunidade e a baixa mobilidade intergeracional de educação existente no Brasil, que acaba limitando o acesso ao ensino superior das minorias e dos mais pobres.

Uma razão comumente usadas para justificar a cota racial é a reparação histórica para os negros, dado que o Brasil era o maior país escravocrata do mundo e que foi um dos últimos a abolir a escravidão nas Américas. Como já foi mostrado, as consequências disso ainda estão presentes na nossa sociedade.

“O ano de 2001 foi um marco inicial em função de um importante evento em Durban que manchou internacionalmente a “boa reputação” da nação brasileira, que era até então tida como referência no manejo harmonioso das relações étnico-raciais em seu território. Trata-se da III Conferência contra Xenofobia e Discriminação sediada em Durban na África do Sul. Esse evento contou com a participação de representantes do movimento negro brasileiro que denunciaram ao mundo os efeitos perniciosos do “racismo à brasileira”, que apesar de aparentemente silenciosos estariam bastante vivos nos discursos naturalizados os quais sustentariam a condição de marginalidade e desigualdade de oportunidades entre brancos e negros desde os tempos da escravidão. A partir desse evento, o Brasil como nação assumiu formalmente o compromisso de combater o racismo e de desenvolver ações que visassem à reparação dos danos históricos nos dias atuais” (GUARNIERI e MELO-SILVA, 2017, p. 184).

Carvalho e Waltenberg (2015, p. 389) analisaram os grupos sociais mais “vulneráveis” – grupos cuja probabilidade média de ingresso nas universidades é inferior à probabilidade média de acesso. Com relação às instituições públicas, descobriram que a probabilidade de acesso do grupo mais vulnerável (homens não brancos, residentes da região Sudeste, com pai com até ensino fundamental como nível de instrução e renda domiciliar alta) aumentou de 2003 para 2013, enquanto o grupo menos vulnerável (mulheres brancas, residentes na região nordeste, com pai com nível de instrução superior e renda baixa) teve a probabilidade de acesso reduzida. De forma geral, de 2003 a 2013 houve uma realocação de oportunidade dos grupos não vulneráveis para os grupos vulneráveis, alterando, dessa forma, o perfil dos estudantes universitários brasileiros.

Através da análise do questionário socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), foi observada uma diminuição do percentual de estudantes de cor branca no período de 2004 a 2012. Houve também uma diminuição percentual de estudantes oriundos de famílias de alta renda e um aumento na mobilidade intergeracional de educação. Dentro desse período, a democratização do campus ocorreu em ritmo mais acelerado a partir de 2010. Por esses motivos, as universidades estão retratando de forma mais real o perfil socioeconômico dos brasileiros, apesar de ainda não representem fielmente a sociedade (RISTOFF, 2014, p. 730 a 742) (PEREIRA, BITTENCOURT e BRAGA, 2015, p. 3 a 5).

Algumas críticas às cotas dizem respeito à evasão dos alunos beneficiados por tal medida. Se os rendimentos acadêmicos deles fossem muito inferiores aos dos não-cotistas, não conseguiriam acompanhar os cursos e acabariam abandonando a faculdade, o que significaria uma alocação menos eficiente das vagas das faculdades. Ao analisar o sistema de cotas da Universidade de Brasília, estudos apontam que “o rendimento acadêmico dos alunos cotistas é semelhante ao dos seus colegas não-cotistas” e que “os resultados sobre evasão indicam que as

taxas de abandono dos cotistas são inferiores às dos alunos do sistema universal” (CARDOSO, 2008, p. 122 e 123), apesar de demorarem mais tempo para se formar (RIBEIRO, 2017, p. 41). Dessa forma, pode-se concluir que uma grande parte dos cotistas concluem o ensino superior, alterando com isso o perfil dos trabalhadores e superando a persistência intergeracional de educação.

Além disso, ao analisar os alunos da Universidade de Campinas (UNICAMP), descobriram que aqueles que estudaram em escolas públicas no ensino médio tiveram uma “melhora relativa” ao comparar as notas obtidas durante o vestibular e a nota final, indicando que esse grupo alcançou um maior progresso em comparação aos alunos de escolas particulares (MAIA, PINHEIRO e PINHEIRO, 2009) apud (PEREIRA, BITTENCOURT e BRAGA, 2015, p. 5).

Apesar dos avanços conquistados através de políticas de inclusão e do crescimento no acesso ao ensino superior, o Brasil ainda não alcançou um patamar desejável a respeito do número de vagas nessas instituições. Segundo a classificação de Martin Trow, ex-professor da Universidade de Berkeley, o acesso à educação superior no Brasil é de elite, pois apenas 15% de jovens em idade apropriada tem acesso ao ensino superior. Se conseguirmos atingir a meta de 33% aprovada pelo Plano Nacional de Educação (PNE), consolidaremos um sistema de massas no Brasil (RISTOFF, 2014, p. 726).

Podemos observar que a Lei de Cotas foi bem sucedida na questão da alteração no perfil socioeconômico dos estudantes do ensino superior. A partir disso, analisaremos se essa diversificação no perfil dos estudantes foi capaz de gerar um aumento na mobilidade intergeracional de educação e de ocupação para as pessoas que possuem um diploma de ensino superior no Brasil.

I.2 Aspectos teóricos-conceituais sobre a mobilidade intergeracional: uma breve análise

A mobilidade é medida pelo grau de associação entre o status socioeconômico dos pais e dos filhos adultos, sendo avaliada principalmente com a relação à educação, ocupação ou renda. A mobilidade intergeracional revela a oportunidade que um indivíduo tem de ir além de sua origem social e de se desvincular do status de seus pais. Ela aponta qual o tamanho das vantagens e desvantagens transmitidas de uma geração para a outra; quanto maior a

transmissão, menos mobilidade (e maior persistência) (FOX, TORCHE e WALDFOGEL, 2016, p. 2 e 3).

A desigualdade de oportunidade está fortemente relacionada à persistência intergeracional, seja de salários ou de educação, que por sua vez está positivamente relacionada com a desigualdade socioeconômica, visto que as oportunidades para a ascensão social estão desigualmente distribuídas entre os indivíduos (CORAK, 2013, p. 85).

Por isso, a mobilidade aparece na literatura muitas vezes ligada às investigações das desigualdades de oportunidade. Costuma-se assumir que a posição socioeconômica de cada indivíduo é determinada tanto por variáveis de esforço quanto por variáveis circunstanciais que fogem do controle dos agentes. Ou seja, a desigualdade é originada por fatores de responsabilidade (esforço), como nível educacional e horas trabalhadas por ano, e também por fatores de não responsabilidade (circunstâncias), como *background* familiar, raça, gênero e região de nascimento (MAHLMEISTER, FERREIRA, *et al.*, 2017, p. 6 e 7). Isso significa que a busca por igualdade de oportunidades não consegue e nem mesmo tem como objetivo eliminar toda a desigualdade de renda, pois ainda haverá diferenças de acordo com habilidade e esforço de cada um; entretanto, ela é importante e muito desejada em termos de justiça social, pois diminui as vantagens que certos grupos privilegiados teriam para alcançar melhores condições socioeconômicas. Como sintetizou Roemer (2002, p. 456) tradução nossa, “a política de igualdade de oportunidades visa nivelar o campo de jogo.”²

A interação entre a família, o mercado de trabalho e as políticas públicas que estruturam as oportunidades da criança e determinam o nível da mobilidade intergeracional. O investimento que os pais fazem nos filhos (tanto em termos de educação como de saúde, nutrição, entre outros) aumenta o capital humano da criança. Além disso, as características genéticas do indivíduo (como cor e habilidades) e as “conexões” da família também afetam a mobilidade (BECKER e TOMES, 1979). Ou seja, as características herdadas afetam a posição alcançada pelo filho.

A respeito dos estudos sobre mobilidade intergeracional, é importante destacar que grande parte deles analisa apenas as características dos homens, pois até algum tempo atrás era raro que aparecessem nas pesquisas informações sobre as mães. Dessa forma, para que os anos

² Equal-opportunity policy aims to level the playing field.

fiquem compatíveis para serem comparados, é comum que se desconsidere as informações sobre as mulheres, mesmo quando elas são as chefes da família.

Embora a maioria dos estudos use um único parâmetro de status socioeconômico, algumas análises empíricas revelam que os resultados podem variar de acordo o parâmetro utilizado. Como eles capturam diferentes resultados da igualdade de oportunidade, torna-se importante analisar mais de uma medida e então investigar os possíveis contrastes nos resultados (FOX, TORCHE e WALDFOGEL, 2016, p. 24). Por isso, analisaremos tanto a educação, como as ocupações e salário.

I.3 Mobilidade intergeracional de educação no Brasil

Uma das maiores causas da desigualdade no Brasil está associada à diferença no nível de educação dos indivíduos. A persistência educacional indica um importante fator da desigualdade de oportunidade: a educação dos pais tem uma influência muito grande sobre a educação dos filhos, tanto direta quanto indiretamente.

Em um estudo sobre mobilidade intergeracional de status socioeconômico, pesquisadores investigaram os mecanismos no processo da mobilidade. Eles analisaram os recursos dos pais, a educação dos filhos, o status ocupacional dos filhos, a estrutura familiar, capacidade cognitiva, entre outras condições que poderiam transmitir vantagens entre as gerações. Descobriram que a educação é um dos principais veículos para a persistência em situações onde apenas os mais ricos tenham acesso à educação de qualidade. Por outro lado, também constataram que a educação pode ser um dos maiores veículos para a mobilidade, pois existem outros fatores além dos recursos dos pais que podem ser responsáveis pelas variações no nível educacional. Ou seja, entre as causas ambientais que favorecem a mobilidade intergeracional, a educação é uma das mais importantes (FOX, TORCHE e WALDFOGEL, 2016, p. 13, 14 e 16). Isso significa que o investimento na educação das crianças é fundamental para elevar suas posições socioeconômicas. Esse investimento é eficaz desde o início da vida e ao longo dela.

Dentre os estudos produzidos sobre a mobilidade intergeracional de educação no Brasil, podemos destacar Barros e Lam (1993), Barros et al. (2001), Pastore (1979) e Pastore e Silva (1999), Ferreira e Veloso (2003) e Mahlmeister, Ferreira, *et al* (2017) (MAHLMEISTER, FERREIRA, *et al.*, 2017, p. 4).

Mahlmeister, Ferreira, *et al* (2017) utilizaram a Pnad 1996 e 2014 para medir o nível da persistência intergeracional de educação no Brasil e também compararam esses níveis de acordo com certas características dos indivíduos, como cor (negros e brancos), região (Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e área de moradia (rural e urbano). Eles mediram o grau de persistência através de um coeficiente β e também por matrizes de transição.

Em 2014 o grau de persistência educacional no Brasil era praticamente 0,5, indicado que para cada ano a mais de estudo do pai, seu filho teria um valor esperado de 0,5 ano de estudo acima da média. Isso mostra uma persistência alta, mas diminuiu em comparação com 1996 (MAHLMEISTER, FERREIRA, *et al.*, 2017, p. 10).

Os grupos historicamente excluídos apresentaram uma menor mobilidade educacional, explicada por padrões não-lineares. Os negros apareceram com uma maior persistência, principalmente porque os filhos negros de pais sem escolaridade tem mais chance de permanecer na mesma categoria educacional do pai; ou seja, existe uma persistência de baixa escolaridade para os negros. O mesmo ocorre com os nordestinos em comparação ao Sudeste (MAHLMEISTER, FERREIRA, *et al.*, 2017, p. 14 a 16).

Os autores também fizeram um recorte por faixa de idade, a fim de analisar o padrão dinâmico da mobilidade. Constataram que a mobilidade amentou substancialmente entre as coortes mais jovens (MAHLMEISTER, FERREIRA, *et al.*, 2017, p. 18).

A principal descoberta desse estudo foi a verificação de que a mobilidade educacional é maior para filhos de pais com escolaridade mais elevada, com exceção de pais no topo da distribuição educacional, que apresentam mobilidade relativamente baixa. Entretanto, pôde se verificar uma queda no valor do coeficiente de persistência educacional, passando de um nível considerado alto para intermediário (MAHLMEISTER, FERREIRA, *et al.*, 2017, p. 11 e 12).

Ao contrário do que se poderia imaginar, Barros e Mendonça (1997) apud (BARROS, MENDONÇA, *et al.*, 2001, p. 12) demonstram que existe uma associação mais forte entre o desempenho educacional dos filhos e o nível de escolaridade dos pais do que entre o desempenho e a renda familiar *per capita*. A explicação disso é que a escolaridade dos filhos está fortemente associada à renda permanente da família, assim como a escolaridade dos pais, e não tão relacionada à renda *per capita* (que tem mais flutuações).

Existem outros dois motivos para isso: quanto maior a educação do pai, menor o custo da educação do filho (os pais podem ajudar os filhos com dúvidas acadêmicas, por exemplo) e maior a demanda por escolaridade; além disso, a escolaridade dos filhos é vista como um bem de consumo, já que aumentará a produtividade e renda futura dos filhos, e não apenas como um bem de investimento. (BARROS, MENDONÇA, *et al.*, 2001, p. 13)

Dentre os quatro tipos de determinantes do desempenho educacional estudados – 1) a qualidade e disponibilidade dos serviços educacionais; 2) o custo de oportunidade do tempo; 3) a disponibilidade de recursos familiares; 4) a disponibilidade de recursos da comunidade – a educação dos pais, e em particular a da mãe, foi o mais importante para determinar o desempenho educacional dos jovens. Outro ponto importante destacado é que a escolaridade das mulheres é significativamente mais afetada pela escolaridade da mãe e o desempenho dos nordestinos é bem mais afetado pela escolaridade dos pais ao comparar com os moradores do Sudeste. (BARROS, MENDONÇA, *et al.*, 2001, p. 35 e 36)

Para avaliar a trajetória da mobilidade intergeracional no Brasil entre 1973 e 2014, Ribeiro (2017, p. 58 a 61) também utilizou a Pnad. A nota que escreveu interpreta as tendências da desigualdade socioeconômica nas chances de sucesso nas transições ao longo das coortes de idade. Seus resultados revelam que a desigualdade nas chances de um indivíduo completar o ensino fundamental, como também de entrar e de se formar na faculdade diminuíram significativamente ao longo dos anos. Só não houve alteração na desigualdade das chances de se completar o ensino médio. Tal fato revela que completar o ensino médio é a principal barreira para a igualdade de oportunidades educacionais.

Uma grande parte das pesquisas brasileiras sobre escolaridade no ensino superior utilizam o questionário socioeconômico do Enade e os resultados do exame como base de dados. A partir dele, descobriram que nos cursos onde a maioria dos estudantes são brancos, ricos, provenientes de escolar particulares e que não trabalham, são os cursos cuja a maior parte dos estudantes têm pais com ensino superior. No entanto, uma comparação entre 2004 e 2012 mostrou que, ano após ano, a mobilidade intergeracional de educação aumentou. “Em todos os cursos, sejam eles mais ou menos competitivos, há uma diminuição gradativa de filhos de pais com escolaridade superior, indicando que as classes populares, historicamente excluídas deste nível educacional, começam a ter oportunidades de acesso” (RISTOFF, 2014, p. 741).

I.4 Mobilidade intergeracional de ocupação

As abordagens sociológicas para medir a mobilidade intergeracional baseiam-se em ocupações, diferentemente da abordagem econômica que se concentra na renda. É uma forma mais fácil e confiável de se obter os dados, pois, ao coletar as informações através das pesquisas, enfrentam-se menos problemas a respeito das recordações dos respondentes e de sua confiabilidade, além de diminuir a recusa de respostas e de ser mais estável do que as medidas da renda. Além disso, informações sobre os pais podem ser relatadas retrospectivamente pelos filhos – na Pnad as ocupações dos pais foram reportadas pelos filhos quando eles tinham 15 anos de idade. Entretanto, um problema nessa forma de medida é que a correlação entre ocupações e posição socioeconômica depende do grau de desigualdade que existe dentro e entre ocupações em uma sociedade particular, podendo variar muito e acabar apresentando um resultado menos significativo (FOX, TORCHE e WALDFOGEL, 2016, p. 9).

Já os estratos ocupacionais agrupam essas ocupações em conjuntos específicos, de acordo com as habilidades particulares de cada trabalho, o nível de autoridade do trabalhador, se é proprietário ou não, entre outras características. Dentre distintas maneiras de agregar as ocupações, Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1983, p. 307) o fizeram de acordo com sete categorias: profissionais e gerentes, trabalhadores administrativos, autônomos, agricultores, trabalhadores manuais qualificados, trabalhadores manuais não qualificados e trabalhadores rurais. Essa é a maneira mais utilizada em estudos internacionais e ficou conhecida como o esquema de classes EGP ou CASMIN (Análise Comparativa da Mobilidade Social em Países Industrializados). Algumas vezes pode ser dividido em 12 grupos ou agrupado apenas em 5. Essa ordenação não é perfeita, pois existem estratos ocupacionais diferentes em termos de relações de empregos mas semelhantes nas condições socioeconômicas. Além disso, há muita variação interna neles.

O mundo passou por uma mudança significativa de suas estruturas ocupacionais durante o século XX, onde a economia agrícola foi transformada em uma economia baseada em serviços, reduzindo assim os trabalhos na agricultura e os não qualificados e aumentando os estratos ocupacionais de profissionais e gerenciais, provocando uma grande mobilidade ascendente. Essa mudança também foi vista no Brasil. Este tipo de análise trata da mobilidade absoluta, que aponta o total dos fluxos observados entre estratos ocupacionais de origem (pais) e de destino (filhos). Além disso, existe a mobilidade relativa (também chamada de fluidez social), que não diz respeito às mudanças estruturais, mas sim às chances relativas de

mobilidade social, ao comparar as chances de mobilidade de indivíduos oriundos de diferentes estratos ocupacionais. Elas apontam a desigualdade de oportunidades (FOX, TORCHE e WALDFOGEL, 2016, p. 12) (RIBEIRO, 2017, p. 51).

No Brasil a mobilidade absoluta vem aumentando, principalmente porque houve uma expansão dos estratos ocupacionais urbanos e uma contração dos estratos rurais entre gerações. Também houve um crescimento da mobilidade relativa ao longo dos anos, o que significa uma diminuição da desigualdade de oportunidades no Brasil, possivelmente explicada pela expansão educacional que ocorreu nas últimas décadas no país (RIBEIRO, 2017, p. 55 a 58), levando ao crescimento da oferta de mão de obra qualificada e causando a diminuição dos retornos educacionais (RIBEIRO, 2012, p. 642).

Entretanto, há algumas décadas essa diminuição dos retornos educacionais foi acompanhada por uma diminuição na mobilidade ocupacional quando controlada pela educação. Isso ocorreu porque as famílias que estavam no topo da distribuição ocupacional conseguiram manter a posição de seus filhos, apesar da diminuição nos retornos educacionais. Isto indica que há possivelmente uma estratificação social dentro dos sistemas educacionais, principalmente no ensino médio e superior, causada pela seletividade de instituições de ensino e vantagens educacionais para indivíduos que estudam em instituições de elite. Ou seja, apesar da diminuição global da desigualdade de oportunidades, ainda há uma vantagem de ocupação direta que vem aumentando no Brasil (RIBEIRO, 2012, p. 674).

II. BASE DE DADOS E METODOLOGIA

II.1 Base de dados

A análise realizada nesta monografia utilizou os dados dos suplementos de mobilidade sócio ocupacionais das Pnads de 1996 e de 2014, que incluíram questões sobre a educação e ocupação dos pais de parte da amostra³. O suplemento mostra qual era a ocupação e nível de escolaridade dos pais reportado pelos filhos quando eles tinham 15 anos de idade. Esses dados foram coletados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1976, 1982, 1988, 1996 e 2014. Ou seja, serão usados os dois anos mais recentes em que foram aplicados os suplementos de mobilidade.

O universo de respondentes considerado são todos os indivíduos chefes de domicílio ou cônjuges que relataram possuir 16 anos de estudo, o que significa ter o ensino superior completo, e que possuíam entre 25 e 64 anos. Foram excluídos os valores discrepantes do salário principal do filho, valores muito grandes que significavam que o salário não havia sido declarado⁴.

Para compatibilização das bases de dados, só foi considerada a amostra que respondeu sobre a ocupação e educação dos pais (homens). Além disso, as respostas da Pnad 2014 referentes à área rural da Região Norte foram excluídas, com exceção do Tocantins. A amostra resultante foi de 7.290 indivíduos em 1996 e 13.527 em 2014.

II.2 Metodologia

O estudo tem como primeiro objetivo investigar as mudanças no nível educacional dos pais para filhos que completaram o ensino superior, de acordo com certas características dos filhos. Como houve uma alteração significativa no perfil socioeconômico dos alunos que entram nas universidades nas últimas duas décadas, espera-se que o perfil dos pais também tenha se alterado, visto que ainda existe uma persistência intergeracional de educação no Brasil. O segundo objetivo é analisar a evolução da mobilidade intergeracional de estratos ocupacionais para os filhos que se formaram na faculdade, através de tabelas e cálculos feitos a partir de matrizes de transição. Por último, será feita uma regressão para descobrir a relação

³ A definição da parcela da amostra que responderia ao suplemento foi feita de forma aleatória.

⁴ Como mostram os dicionários de variáveis de pessoas da Pnad de 1996 e 2014.

entre a educação dos pais e o salário dos filhos. Nessas três análises, haverá também uma comparação entre os anos 1996 e 2014.

Para estudar a relação entre o nível de escolaridade dos pais e a escolaridade dos filhos, foram criados cinco estratos de anos de escolaridade para os pais: 0 ano de estudo, ensino fundamental I (1 a 4 anos de estudo), ensino fundamental II (5 a 8 anos), ensino médio (8 a 15 anos) e ensino superior completo (16 anos). Como analisaremos apenas os filhos com ensino superior completo, excluimos todos os resultados em que os filhos tivessem escolaridade menor que 16 anos de estudo. A partir disso, analisaremos as matrizes de acordo com algumas características dos filhos que podem afetar sua escolaridade: sexo, cor e região. O segundo passo é comparar os dois anos estudados para entender se a escolaridade dos pais ainda é muito relevante para a educação dos filhos.

No caso da análise da mobilidade intergeracional por estrato ocupacional, seguimos a definição aplicada por Ribeiro (2017, p. 55). As ocupações de pais e de filhos foram classificadas de acordo com o esquema EGP contendo os seguintes grupos: (I) profissionais e administradores de nível alto; (II) profissionais e administradores de nível baixo; (III) trabalhadores não manuais de rotina; (IVa) pequenos proprietários empregadores; (IVb) pequenos proprietários por conta própria; (V) técnicos e supervisores do trabalho manual; (VI) trabalhadores manuais qualificados; (VIIa) trabalhadores manuais não qualificados; e (VIIb + IVc) trabalhadores e pequenos produtores rurais. Os cálculos serão feitos cruzando os nove grupos de origem (pais) pelos nove grupos de destino (filhos). (RIBEIRO, 2017, p. 51)

Para tentar corrigir as imperfeições das hierarquias dos estratos ocupacionais, simplificaremos a hierarquia para três grandes grupos: (1) classes I, IVa e II; (2) classes V, III, VI e IVb; e (3) classes VIIa e VIIb + IVc, e utilizaremos isso para calcular a mobilidade ascendente e descendente. (RIBEIRO, 2017, p. 55)

A partir de uma regressão, também investigaremos o quanto o salário de um filho com ensino superior completo está associada à escolaridade do pai. Para isso, foram excluídas todas as observações discrepantes (*outliers*) do salário dos filhos – valores muito grandes que significam que tal variável foi “ignorada” na pesquisa, de acordo com o dicionário. O modelo econométrico a ser estimado tem o seguinte formato:

$$\log(Y)_i = \alpha + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \beta_4 X_{4i} + \varepsilon_i$$

Sendo Y o salário principal do filho, X a dummy de escolaridade do pai ($X_1 = 4$ anos de estudo; $X_2 = 8$ anos de estudo; $X_3 = 11$ anos de estudo; $X_4 = 16$ anos de estudo) e ε a variável de erro.

Apesar das variáveis de educação do pai serem quantificadas em números, representam as classes de educação: ensino fundamental I (de 1-4 anos de estudo), ensino fundamental II (5-8 anos de estudo), ensino médio (9-15 anos de estudo) e superior completo (16 anos de estudo). Logo, é uma variável discreta e não contínua. Para que o sistema não a interpretasse como contínua, rodamos variáveis binárias (*dummies*) para cada uma dessas classes educacionais.

Além disso, os salários são rodados em log, pois dessa forma a interpretação do coeficiente é através da variação percentual, facilitando a análise e dispensando a necessidade de deflacionar os valores.

Alguns estudos brasileiros mostraram que o melhor conceito de renda para se analisar é a renda familiar per capita⁵, pois a persistência intergeracional é maior do que a de outros conceitos de renda (PERO e SZERMAN, 2008, p. 4). Entretanto, a Pnad de 1996 não apresenta essa mensuração, e para que ficasse compatível com a de 2014, escolheu-se analisar os salários dos filhos através dos rendimentos mensais do trabalho principal do indivíduo.

⁵ Razão das rendas de todos os membros da família pelo número de membros da família.

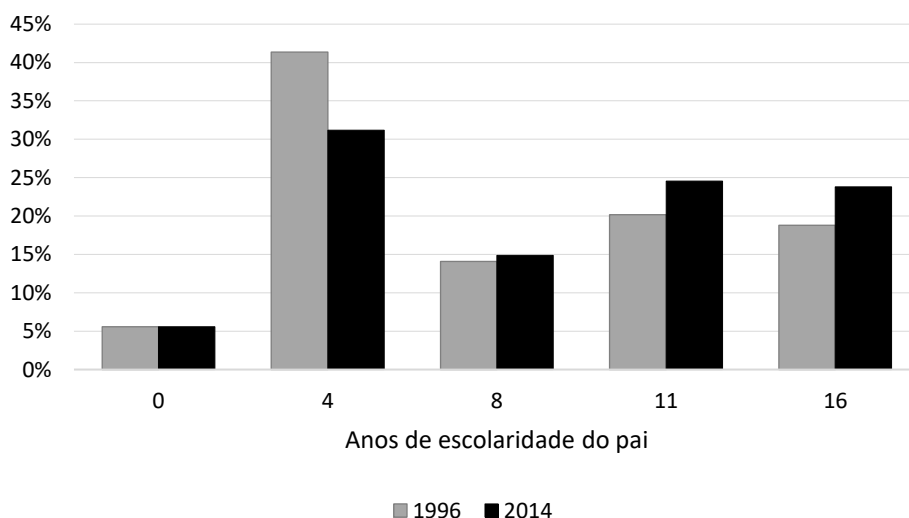
III. ANÁLISE DOS RESULTADOS

III.1 Relação entre o nível de escolaridade dos pais e características dos filhos com ensino superior

De acordo com Carvalho e Waltenberg (2015, p. 23), as maiores vantagens para se acessar o ensino superior no Brasil estão relacionadas com o *background* familiar. Os anos de estudo do chefe do domicílio é o que mais contribui para o acesso nas instituições de ensino superior públicas, enquanto a renda foi o fator de maior vantagem para o ingresso nas faculdades privadas.

Ao analisar o gráfico 1, podemos estudar a mobilidade educacional dos filhos que tem ensino superior completo. De 1996 para 2014 conseguimos ver uma diminuição significativa no número de pais que possuíam ensino fundamental I e um aumento nos pais com ensino médio e ensino superior. Apesar da distribuição ter ficado mais homogênea em relação à 1996, o aumento de pais com ensino superior indica que a persistência educacional aumentou.

GRÁFICO 1
MOBILIDADE DA EDUCAÇÃO PARA FILHOS COM ENSINO SUPERIOR



Fonte: Pnad/IBGE

Assim como no gráfico 1, na tabela 1 também conseguimos observar que a maioria dos indivíduos graduados tinham pais que possuíam apenas ensino fundamental I (1-4 anos de estudo), independente de seu sexo. Ao analisar a tabela 1, podemos perceber que a persistência aumentou consideravelmente para os homens; 8% a mais dos pais tinham ensino superior,

enquanto os pais de mulheres com ensino superior aumentou apenas 4%. Para ambos cresceu em o número de pais com ensino médio. Podemos observar que ter um pai graduado é mais vantajoso para os homens do que para as mulheres.

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DA ESCOLARIDADE DOS PAIS DE FILHOS COM ENSINO SUPERIOR POR SEXO NO BRASIL EM 1996 E 2014

Escolaridade do pai	Sexo do filho			
	1996		2014	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0	6%	6%	6%	5%
4	43%	45%	29%	35%
8	13%	13%	14%	15%
11	18%	20%	24%	24%
16	19%	16%	27%	20%

Fonte: Pnad/IBGE. Nota: As medianas estão sombreadas.

O fato de só termos considerado as respostas sobre os pais (homens), pode explicar porque uma maior escolaridade deles afeta mais os filhos do que as filhas. Barros, Mendonça *et al* (2001, p. 35) descobriram que “(...) a escolaridade das mulheres é significativamente mais afetada pela escolaridade da mãe que a dos homens, enquanto a escolaridade do pai afeta mais o desempenho educacional dos homens que das mulheres”.

Também há uma predominância no nível de escolaridade de 4 anos de estudo dos pais para ambas as cores dos filhos. Já a segunda categoria onde se concentra a escolaridade dos pais varia de acordo com a cor dos filhos: para os brancos, a escolaridade dos pais se concentra no ensino superior completo, e para os negros no ensino fundamental II em 1996 e no ensino médio em 2014.

Os filhos negros com ensino superior completo tinham pais com menos estudo do que os filhos brancos nos dois anos analisados, como mostram as medianas. Além disso, ainda são maioria com pais sem ensino superior. Enquanto mais da metade dos filhos brancos possuíam pais com pelo menos 11 anos de estudo, pouco mais de 1/3 dos filhos negros tinham pais nas mesmas categorias educacionais.

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO DA ESCOLARIDADE DOS PAIS DE FILHOS COM ENSINO SUPERIOR POR COR NO BRASIL EM 1996 E 2014

Escolaridade do pai	Cor do filho			
	1996		2014	
	Branco	Negro	Branco	Negro
0	5%	10%	5%	7%
4	43%	49%	30%	41%
8	13%	16%	14%	17%
11	20%	16%	25%	21%
16	19%	10%	26%	14%

Fonte: Pnad/IBGE. Nota: As medianas estão sombreadas.

A persistência aumentou tanto para filhos brancos quanto negros. Em 1996, 19% dos indivíduos graduados brancos tinham pais também graduados. Já em 2014 esse valor disparou para 26%. Dos filhos negros graduados, houve um aumento de 4 pontos percentuais nos pais com ensino superior completo de 1996 a 2014.

Na tabela 3 observamos que o Sudeste e o Centro-Oeste têm as menores taxas de mobilidade intergeracional de educação para filhos graduados. Em 2014, as taxas de pais com ensino superior nessas regiões foram de 25% e 27% respectivamente. Ou seja, cerca de $\frac{1}{4}$ dos pais de filhos graduados tinham ensino superior completo no Sudeste e no Centro-Oeste, cerca de três vezes mais que o Norte.

Essa tabela também sugere que a persistência aumentou em todas as regiões com exceção do Norte, que teve 6 pontos percentuais de queda na taxa de pais com ensino superior completo e um aumento de cerca de 24 pontos percentuais dos pais com o ensino fundamental II. O Norte que já era a região com maior mobilidade em 1996, se diferenciou mais ainda das outras em 2014.

TABELA 3
DISTRIBUIÇÃO DA ESCOLARIDADE DOS PAIS DE FILHOS COM ENSINO SUPERIOR POR REGIÃO NO BRASIL EM 1996 E 2014

Escolaridade do pai	Região do filho				
	1996				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	CO
0	4%	8%	6%	3%	11%
4	41%	40%	43%	51%	41%
8	13%	15%	12%	14%	15%
11	29%	21%	19%	17%	17%
16	13%	17%	20%	14%	16%

Escolaridade do pai	Região do filho				
	2014				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	CO
0	11%	7%	5%	6%	8%
4	30%	32%	32%	38%	25%
8	37%	18%	14%	13%	17%
11	15%	26%	24%	23%	23%
16	7%	18%	25%	20%	27%

Fonte: Pnad/IBGE. *Nota:* As medianas estão sombreadas.

III.2 Mobilidade intergeracional de estratos sócio-ocupacionais

Nesta seção serão apresentadas as matrizes de transição de estratos sócio-ocupacionais dos filhos que possuem ensino superior completo, além de tabelas e gráficos para analisar as taxas absolutas de mobilidade ocupacional.

As matrizes de transição indicam a transmissão a partir da distribuição de estratos ocupacionais dos filhos condicionadas aos estratos ocupacionais dos pais. Elas nos mostram a parcela de filhos graduados que representam cada categoria de estrato ocupacional dado o estrato ocupacional alcançado pelo pai, ou seja, o total de fluxos observados entre grupos ocupacionais de origens e de destino, chamada “mobilidade absoluta”.

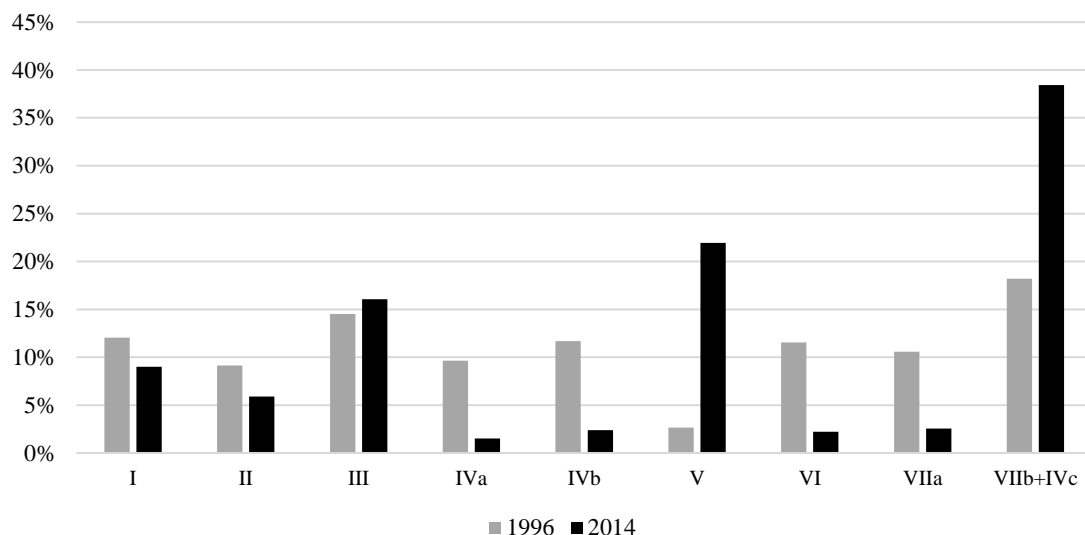
Esses fluxos absolutos apontam a transformação da estrutura de estratos ocupacionais ao longo do tempo, isto é, a mobilidade estrutural. Ela é consequência de fatores econômicos, como mudança tecnológica, comércio exterior e migração. (FOX, TORCHE e WALDFOGEL, 2016, p. 12)

A partir das matrizes, foi feito o gráfico 2, que nos indica a distribuição dos estratos ocupacionais de origem (pais) e de destino (filhos) em 1996 e 2014, considerando apenas os filhos graduados. Podemos notar que houve um aumento considerável de pais que eram trabalhadores rurais e também dos pais técnicos e supervisores do trabalho manual.

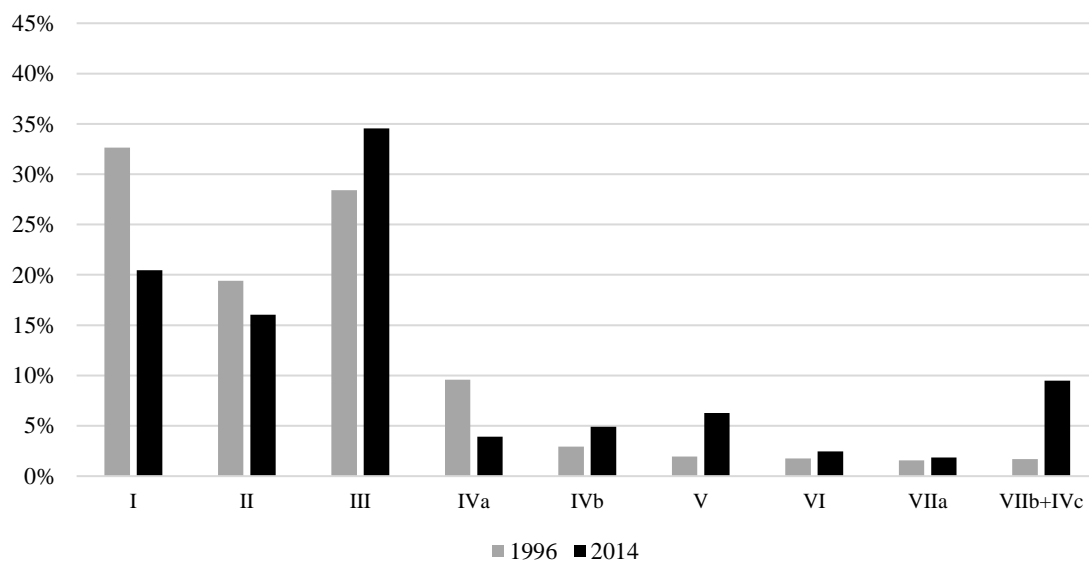
Já a maior variação dos filhos com ensino superior está na diminuição de 13 pontos percentuais dos profissionais de nível alto, enquanto houve um aumento de trabalhadores manuais de rotina e também de trabalhadores rurais.

GRÁFICO 2
ESTRATOS OCUPACIONAIS DOS PAIS E DOS FILHOS

Estratos Ocupacionais dos Pais



Estratos Ocupacionais dos Filhos



Fonte: Pnad/IBGE.

Legenda dos estratos ocupacionais:

- I – profissionais e administradores de nível alto
- II – profissionais e administradores de nível baixo
- III – trabalhadores manuais de rotina
- IVa – pequenos proprietários empregadores
- IVb – pequenos proprietários por conta própria
- V – técnicos e supervisores do trabalho manual
- VI – trabalhadores manuais qualificados
- VIIa – trabalhadores manuais não qualificados
- VIIb + IVc – trabalhadores e pequenos produtores rurais

Alguns cálculos foram realizados para descobrir as taxas absolutas de mobilidade intergeracional de ocupação, considerando apenas os filhos com diploma de ensino superior. Isso foi feito através de matrizes de transição.

Como a diagonal principal da matriz de transição aponta a frequência da imobilidade, ou seja, a parcela de indivíduos que alcançaram escolaridade igual àquela alcançada pelo pai, a utilizamos para calcular a imobilidade. Seu inverso é o índice de mobilidade. Como já foi explicado, as mobilidades ascendente e descendente foram calculadas a partir de três grupos, assim como foi feito por Ribeiro (2017, p. 55).

A mobilidade permaneceu praticamente a mesma nos dois anos estudados, diminuindo 1 ponto percentual. Entretanto, a mobilidade ascendente caiu e a descendente aumentou, como já podia-se perceber na análise do gráfico 2.

TABELA 4
TAXAS ABSOLUTAS DE MOBILIDADE DOS ESTRATOS OCUPACIONAIS PARA
FILHOS COM ENSINO SUPERIOR

	1996	2014
1 Imobilidade	80%	81%
2 Mobilidade	20%	19%
2.1 Mobilidade ascendente	17%	13%
2.2 Mobilidade descendente	3%	6%

Fonte: Pnad/IBGE.

Na tabelas 5 são apresentadas as matrizes de transição de 1996 e 2014. Os dois anos mostram persistências muito semelhantes. A maior persistência é a da categoria de profissionais e administradores de alto nível. Podemos notar que a maioria dos filhos graduados estão nos estratos I e III, independentemente da posição de seus pais.

TABELA 5
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DOS ESTRATOS OCUPACIONAIS PARA FILHOS COM SUPERIOR EM 1996 E 2014

Classe do pai	Classe do filho								
	1996								
	I	II	III	IVa	IVb	V	VI	VIIa	VIIb+IVc
I	52%	12%	19%	10%	1%	2%	1%	1%	2%
II	37%	27%	20%	8%	4%	1%	1%	1%	1%
III	34%	20%	29%	8%	3%	3%	1%	1%	1%
IVa	34%	17%	22%	19%	4%	2%	0%	1%	1%
IVb	31%	17%	28%	15%	4%	2%	1%	1%	1%
V	26%	19%	35%	11%	1%	3%	3%	1%	1%
VI	25%	24%	35%	6%	3%	2%	3%	1%	0%
VIIa	27%	21%	34%	7%	3%	3%	2%	3%	0%
VIIb+IVc	29%	18%	32%	7%	2%	1%	2%	2%	6%

Classe do pai	Classe do filho								
	2014								
	I	II	III	IVa	IVb	V	VI	VIIa	VIIb+IVc
I	49%	12%	17%	2%	6%	6%	2%	2%	3%
II	39%	13%	25%	3%	6%	8%	1%	1%	5%
III	21%	16%	34%	4%	6%	7%	3%	2%	8%
IVa	18%	21%	33%	1%	5%	9%	3%	2%	9%
IVb	28%	15%	29%	6%	6%	13%	2%	0%	1%
V	17%	15%	36%	3%	5%	10%	3%	1%	9%
VI	26%	15%	15%	2%	14%	8%	14%	2%	3%
VIIa	23%	16%	36%	4%	3%	8%	2%	3%	5%
VIIb+IVc	16%	18%	38%	4%	4%	5%	2%	1%	11%

Fonte: Pnad/IBGE.

III.3 Regressão

Para analisar o quanto a educação do pai afeta a renda dos filhos com ensino superior completo, foi feita uma regressão considerando os níveis de escolaridade do pai e o logaritmo da renda principal dos filhos.

De acordo com a tabela 6, podemos notar que o p-valor é significativo a 10% para todos os níveis da escolaridade do pai, tanto em 1996 como em 2014.

Nos dois anos analisados a educação dos pais era positivamente correlacionada com a renda principal dos filhos que possuíam diploma de faculdade. Em 1996 quando os pais tinham 4 anos de escolaridade, a renda principal do filho era 30% maior do que a renda principal dos

filhos de pais sem escolaridade. Já quando o pai possuía ensino superior completo, essa renda do filho era 71% maior.

TABELA 6
ESCOLARIDADE PAI x RENDA FILHO COM ENSINO SUPERIOR EM 1996 E 2014

Escolaridade do pai	Log(salário do filho)					
	1996					
	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf.	Interval]
4	0,30	0,15	2,03	0,04	0,01	0,58
8	0,28	0,16	1,70	0,09	-0,04	0,60
11	0,52	0,16	3,29	0,00	0,21	0,82
16	0,71	0,16	4,51	0,00	0,40	1,03
_cons	5,70	0,14	41,58	0,00	5,44	5,97

Escolaridade do pai	Log(salário do filho)					
	2014					
	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf.	Interval]
4	0,19	0,11	1,74	0,08	-0,03	0,41
8	0,31	0,12	2,57	0,01	0,07	0,55
11	0,54	0,11	4,79	0,00	0,32	0,77
16	0,91	0,11	8,01	0,00	0,69	1,14
_cons	7,66	0,10	74,74	0,00	7,45	7,86

Fonte: Pnad/IBGE.

A educação dos pais continua positivamente correlacionada com a renda principal do filho graduado, porém ainda mais significativa. Ter um pai com formação universitária em 2014 estava associado a uma aumento de 91% no salário principal do filho em relação ao filho que tinha um pai sem escolaridade e a uma vantagem de 60% em comparação a ter um pai com 8 anos de estudo.

Hout (1988, p. 1389) descobriu que a persistência de status socioeconômico para quem tem diploma nos Estados Unidos, tende a zero. Apesar da mobilidade dos EUA ser maior em todos os níveis educacionais em comparação ao Brasil, poderia-se esperar que um diploma universitário também fosse capaz de apagar a influência do *background* familiar aqui. Entretanto, tal fato não ocorreu.

No Brasil, a persistência intergeracional de renda é particularmente alta nos extremos da distribuição. Isso é conhecido como “armadilha da pobreza e da riqueza” (PERO e SZERMAN, 2008, p. 18). Como existe um alto retorno à escolaridade, podemos dizer que quanto maior a escolaridade dos pais, maior a sua renda (BARROS, MENDONÇA, *et al.*, 2001, p. 12). Ou seja, considerando a baixa mobilidade intergeracional de renda e a correlação positiva entre educação e renda, conseguimos entender porque a escolaridade dos pais afeta a renda dos filhos.

O crescimento da correlação entre a educação do pai e o salário do filho entre 1996 a 2014 também vai na direção contrária ao que inicialmente se poderia esperar. Uma explicação possível para isso é que o aumento de vagas em instituições de ensino superior nas últimas duas décadas, bem como o aumento de ações afirmativas, podem ter gerado uma resposta do mercado, no sentido de buscarem outras formas de sinalização do bem de capital de um indivíduo para além da graduação. Outras formas de sinalização podem estar sendo mais valorizadas pelo mercado, como seletividade da faculdade e o campo de estudo. Famílias mais ricas tendem a investir em faculdades qualitativamente superiores que geram um retorno salarial maior no futuro. Isso significa que obter um diploma em 2014 pode não ter mais o mesmo significado para o mercado que tinha em 1996, que talvez busque certas características específicas para além do diploma.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo investigar a mobilidade socioeconômica para indivíduos que concluíram o ensino superior. Para isso, foram feitas algumas matrizes e uma regressão com base no suplemento de mobilidade da Pnad de 1996 e 2014.

Ao revisar a literatura foi possível perceber que esse recorte dado ao ensino superior não foi muito explorado no Brasil, apesar de parte dele aparecer em alguns estudos, como por exemplo no de Mahlmeister, Ferreira, *et al.* (2017).

Ao comparar a transmissão intergeracional de educação entre sexo, cor e região, observamos um aumento percentual de pais graduados para praticamente todas essas categorias, exceto para o Norte. Apesar disso, a categoria que concentra o maior número de pais ainda é o ensino fundamental I.

Os filhos negros com ensino superior completo têm pais com menos educação do que os filhos brancos. Sabendo que a persistência intergeracional de educação ainda é muito alta no extremo superior da distribuição, tal fato indica que é mais fácil para os filhos brancos acessarem as faculdades.

O Sudeste e o Centro-Oeste são as regiões com menor mobilidade intergeracional de educação superior. Aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos pais de filhos com superior completo eram graduados nessas regiões, três vezes mais do que no Norte.

Os pais de homens graduados também são mais graduados do que os das mulheres. Provavelmente isso ocorre porque a escolaridade dos pais afeta mais os homens do que as mulheres (BARROS, MENDONÇA, *et al.*, 2001, p. 35) e na nossa análise deixamos de fora as mães.

Em suma, os resultados acima revelam que a persistência de educação dos filhos com ensino superior aumentou de 1996 a 2014. Tal fato explicita a importância das cotas como uma tentativa de superação imediata da baixa mobilidade socioeconômica, para a diversificação do perfil dos estudantes do ensino superior

A partir de matrizes de transição por categoria sócio-ocupacional, descobrimos que a mobilidade de estratos ocupacionais caiu um ponto percentual de 1996 a 2014. A mobilidade

ascendente caiu e a descendente aumentou, explicada pela diminuição percentual dos filhos do estrato I (profissionais de nível alto) e pelo aumento do estrato VIIb + IVc (trabalhadores e pequenos produtores rurais). Essa análise sugere que houve uma diminuição da mobilidade intergeracional ocupacional, devido à queda da mobilidade ascendente.

A última análise feita foi através de uma regressão, com o objetivo de analisar a relação entre o nível de escolaridade dos pais e o salários dos filhos que possuem superior completo. A educação dos pais se mostrou positivamente relacionada com o salário dos filhos nos dois anos examinados. Em 1996 a renda principal do filho era 71% maior se os pais tivessem superior completo, em comparação a filhos de pais sem estudo. Já em 2014 esse valor aumentou para 91%. Considerando a baixa mobilidade de renda no Brasil e a relação positiva entre educação e renda, poderíamos prever que a educação dos pais afetaria o salário dos filhos.

Talvez esse aumento da relação entre educação dos pais e salário dos filhos possa ser justificado pelo aumento de vagas em instituições de ensino superior nas últimas décadas, que afetaria a sinalização do mercado em relação ao diploma. Com mais pessoas graduadas, o mercado pode ter buscado outras formas de sinalização para além do diploma, como seletividade de faculdades e tipo de cursos. Dessa forma, pais ricos e com maiores níveis de educação acabariam gerando ainda mais vantagens a seus filhos, aumentando dessa forma a persistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, R. P. D. et al. Determinantes do Desempenho Educacional no Brasil*. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 1-42, Outubro 2001.
- BARROS, R. P. D.; MENDONÇA, R. O impacto de gestão escolar sobre o desempenho educacional. **Washington: BID**, p. 1-39, 1997. (Série Documentos de Trabajo de la Rede de Centros/BID, 301).
- BECKER, G. S.; TOMES, N. An Equilibrium Theory of the Distribution of Income and Intergenerational Mobility. **The University of Chicago Press**, v. 87, n. 6, p. 1153-1189, 1979. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1833328>>.
- CARDOSO, C. B. Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão, Brasília, Março 2008.
- CARVALHO, M. M. D.; WALTENBERG, F. D. Desigualdade de Oportunidades no Acesso ao Ensino Superior no Brasil: Uma Comparação entre 2003 e 2013. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 19 n° 2, p. 369-396, Abril/Junho 2015.
- CORAK, M. Income Inequality, Equality of Opportunity, and Intergenerational Mobility. **The Journal of Economic Perspectives**, 27, n. 3, 2013. 79-102. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41955546>>.
- DABLA-NORRIS, E. et al. Causes and Consequences of Income Inequality: A Global Perspective, v. 2015/13, Junho 2015.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H.; PORTOCARERO, L. Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies: England, France and Sweden*. **The British Journal of Sociology**, v. 34, n. 3, p. 303-343, Setembro 1983.
- FOX, L.; TORCHE, F.; WALDFOGEL, J. Intergenerational Mobility. In: BURTON, D. B. E. L. M. **The Oxford Handbook of the Social Science of Poverty**. [S.l.]: [s.n.], 2016. Cap. IV Causes and the Reproduction of Poverty.
- GEORGES, R. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. **Oxfam**, set. 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.
- GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicol. Esc. Educ.**, v. 21, n. 2, p. 183-193, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539201702121100>>.
- HOUT, M. More Universalism, Less Structural Mobility: The American Occupational Structure in the 1980s. **American Journal of Sociology**, 93, n. 6, maio 1988. 1358-1400. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2780817>>. Acesso em: 27 set. 2018.
- INEP. **Sinopse estatística da educação básica**. INEP. Brasília. 2011.

MAHLMEISTER, R. et al. Revisitando a Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. **Inspere**, 23, Setembro 2017. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2017/10/Revisitando-Mobilidade-Intergeracional-Educacao-Brasil.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2018.

MAIA, R. P.; PINHEIRO, H. P.; PINHEIRO, A. D. S. Heterogeneity in the Performance of Unicamp Students From Admission to Conclusion of Undergraduated Studies. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, v. 39, n. 137, p. 645-660, maio/ago 2009.

PEREIRA, J. I. R.; BITTENCOURT, M. V. L.; BRAGA, B. P. M. Affirmative Action in Higher Education: Impacts of the National Exam in Brazil. **European Regional Science Association**, 2015.

PERO, V.; SZERMAN, D. Mobilidade intergeracional de renda no Brasil. **Ipea**, 2008. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/8/1021>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014.

RIBEIRO, A. C. T. Affirmative action outcomes: evidence from a law school in Brazil. **Dissertação de Mestrado**, São Paulo, 27 Junho 2017.

RIBEIRO, C. A. C. Quatro Décadas de Mobilidade Social no Brasil*. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 641-679, 2012.

RIBEIRO, C. A. C. Tendências da Desigualdade de Oportunidades no Brasil: Mobilidade Social e Estratificação Educacional. **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise (Ipea)**, v. 62, p. 49-65, Abril 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/170505_bmt_62_05_nota_tecnica_tendencias.pdf>.

RISTOFF, D. O Novo Perfil Do Campus Brasileiro: Uma Análise Do Perfil Socioeconômico Do Estudante De Graduação. **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 723-747, 16 Junho 2014.

ROEMER, J. E. Equality of opportunity: A progress report. **Social Choice and Welfare**, New Haven, v. 19, n. 2, p. 455-471, Janeiro 2002. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41106460>>.

TORCHE, F. Is a College Degree Still the Great Equalizer? Intergenerational Mobility across Levels of Schooling in the United States. **American Journal of Sociology**, 117, n. 3, Novembro 2011. 763-807. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1086/661904>>. Acesso em: 26 set. 2018.

TORCHE, F. Intergenerational Mobility and Inequality: The Latin American Case. **Annual Review of Sociology**, v. 40, p. 619-642, 2014.

VELOSO, F. A.; FERREIRA, S. G. Mobilidade Intergeracional De Educação No Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 33, dezembro 2003. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/80/55>>. Acesso em: 24 set. 2018.

WILKINSON, R. G.; PICKETT, K. E. Income Inequality and Social Dysfunction. **Annual Review of Sociology**, 35 , 2009. 493-511.